



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

PARECER

Processo Legislativo: PROJETO DE LEI Nº 70/2025.
Relator: Vereador Saulo de Souza Ribeiro (PL).
Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 70/2025, que autoriza a abertura de crédito adicional especial visando adequação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2025, de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2025. Em seguida, foi distribuído pelo presidente da Câmara à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento nos termos do art. 134 c/c art. 212, do Regimento Interno, para a emissão do parecer técnico.

Recebida a matéria na comissão pelo Presidente, fui designado relator, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.







Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo

“Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito adicional especial visando a adequação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2025.

*O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente no valor de **R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais)** para a Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Venécia, CNPJ nº 14.414.077/0001-12.*

Justificativa para Inserção de Elementos de Despesa no Orçamento da Assistência Social para atender à Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024, que regulamenta a transferência, execução e a prestação de contas dos recursos pertinentes ao cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, essencial para a adequação e aprimoramento da gestão dos recursos públicos.

Essa ação visa garantir a conformidade legal, a transparência e a eficiência na aplicação dos fundos, de acordo com as diretrizes estabelecidas na nova regulamentação.

A Portaria nº 1.043 estabelece novas regras, procedimentos e critérios para a utilização dos recursos do Fundo Nacional. A inserção de elementos de despesa específicos no orçamento é a única forma de formalizar e viabilizar juridicamente os gastos que se alinham a essa nova portaria, evitando que a execução orçamentária seja questionada ou considerada irregular.

A criação de elementos de despesa detalhados permite a rastreabilidade clara de cada gasto, vinculando-o diretamente às ações e projetos previstos na nova portaria. Isso melhora significativamente a transparência na gestão dos recursos, facilitando a prestação de contas aos órgãos de controle; como o Tribunal de Contas e à sociedade.

Ao detalhar as despesas conforme as novas diretrizes, o gestor público pode planejar e executar o orçamento de forma mais estratégica. Isso evita o remanejamento inadequado de verbas e garante que os recursos sejam aplicados diretamente nos programas e serviços prioritários, otimizando o impacto das ações de assistência social na vida da população.

A inserção desses novos elementos de despesa no orçamento é fundamental para que o município possa acessar e utilizar esses recursos adicionais, expandindo a capacidade de atendimento da rede socioassistencial e respondendo de forma mais completa às necessidades da comunidade.





Câmara Municipal de Nova Venécia **Estado do Espírito Santo**



Em resumo, a inserção dos novos elementos de despesa não é apenas uma formalidade burocrática, mas uma medida estratégica e indispensável para assegurar a legalidade, a transparência e a efetividade da gestão dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, permitindo que o município atenda integralmente às exigências da Portaria nº 1043 e fortaleça a política de assistência social.

Sobre a abertura de crédito suplementar ou especial, vejamos o teor do inciso V, do artigo 119, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 119. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

*Feitas essas ponderações e, ciente de que o Projeto de Lei ora apresentado está em consonância com a legislação em vigor, ao submetemos à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis o presente Projeto de Lei estamos convictos de que Vossas Excelências saberão reconhecer a sua relevância, viabilizando, portanto, **AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NA FORMA QUE ESPECIFICA**, permitindo assim ao Poder Executivo executá-la e proporcionar melhores condições de atender ao interesse público, requerendo, ainda, a apreciação em **REGIME DE URGÊNCIA**, na forma disposta no artigo 47, da Lei Orgânica Municipal.*

Salientamos que a necessidade se caracteriza em virtude, dos recursos estarem disponibilizados em conta, e a não utilização caracterizará descumprimento das Metas a serem atendidas.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar aos Nobres Edís, os nossos sinceros protestos de elevado apreço.

É a justificativa."

III – VOTO DO RELATOR:

Assim sendo, considerando que a proposição observa aos dispositivos de ordem orçamentária e financeira, constitucional e infraconstitucional, como sendo necessários para fins do objeto da proposição, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 70/2025.






Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



É o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 70/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 15 de outubro de 2025;
71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.


SAULO DE SOUZA RIBEIRO
Relator – Vice-Presidente da CFO
Vereador pelo PL





Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 70/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 70/2025: autoriza a abertura de crédito adicional especial visando adequação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2025.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sérgio Lubiana, pelo PSB.
RELATOR:	Vereador Saulo de Souza Ribeiro (PL).

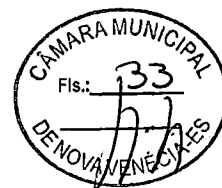
A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, Vereador Saulo de Souza Ribeiro (PL), às folhas 25 a 30, por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer da relatora na Reunião Ordinária de 22 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, *caput*, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.



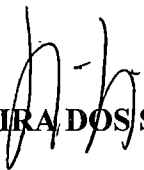



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) pela aprovação do PROJETO DE LEI Nº 70/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, 22 de outubro de 2025 de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.


JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS
Presidente da CFO
Vereador pelo PRD


REGINA TOSTA MACHADO
Membro da CFO
Vereadora pelo PV

